

## ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PREVENÇÃO DOS MASSACRES NAS ESCOLAS À LUZ DO DIREITO

### ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES IN THE PREVENTION OF MASSACRES IN SCHOOLS IN THE LIGHT OF THE LAW

Samuel Andrade da Fonseca<sup>1</sup>  
Taiana Levinne Carneiro Cordeiro<sup>2</sup>

**RESUMO:** Nos últimos 20 anos, o número de ataques violentos em escolas tem aumentado de forma alarmante, conforme constatado nos estudos da Unicamp e Instituto Sou da Paz. O objetivo é demonstrar a necessidade da criação de políticas públicas que podem ser adotadas como mecanismos de enfrentamento aos massacres ocorridos nas escolas do Brasil, de modo mais eficaz. Esses episódios variam em gravidade, desde tentativas até massacres consumados, resultando em vítimas fatais e não fatais. Essa preocupante realidade demanda uma discussão urgente, pois os dados disponíveis são até 2022 e, em 2023, já foram registrados outros ataques que, embora noticiados, não receberam a mesma relevância midiática. O presente estudo tem como finalidade demonstrar, através de análise, a compreensão por meio dos diferentes contextos regionais do país, fatos que originam a violência escolar, atingindo o princípio dos massacres escolares, e a necessidade da criação de políticas públicas integradas para o enfrentamento. A sociedade e o Estado enfrentam o desafio de compreender as raízes desses problemas, que transformam crianças e adolescentes em assassinos, e isso requer estudos e pesquisas aprofundados sobre a saúde mental e os motivos por trás desses atos de violência. Diante o exposto, os resultados esperados da pesquisa é de que, taxas crescentes do número de ataques às instituições de ensino do Brasil diminuam. É imprescindível realizar estudos mais abrangentes para enfrentar efetivamente essa realidade cruel, buscando meios eficazes de compreender o contexto dessas violências e combatê-las, visando proteger vidas humanas.

3530

**Palavras-chave:** Ataques. Violência nas escolas. Massacres. Enfrentamento. Políticas públicas.

**ABSTRACT:** Over the last 20 years, the number of violent attacks in schools has increased alarmingly, as found in studies by Unicamp and Instituto Sou da Paz. The objective is to demonstrate the need to create public policies that can be adopted as mechanisms to combat massacres occurring in schools in Brazil, more effectively. These episodes vary in severity, from attempts to completed massacres, resulting in fatal and non-fatal victims. This worrying reality demands an urgent discussion, as the available data is up to 2022 and, in 2023, other attacks have already been recorded which, although reported, did not receive the same media relevance. The present study aims to demonstrate, through analysis, the understanding, through the different regional contexts of the country, facts that give rise to school violence, reaching the principle of school massacres, and the need to create integrated public policies to combat it. Society and the State face the challenge of understanding the roots of these problems, which turn children and adolescents into killers, and this requires in-depth studies and research into mental health and the reasons behind these acts of violence. Given the above, the expected results of the research are that increasing rates of attacks on educational institutions in Brazil will decrease. It is essential to carry out more comprehensive studies to effectively face this cruel reality, seeking effective ways to understand the context of this violence and combat it, aiming to protect human lives.

**Keywords:** Attacks. Violence in schools. Massacres. Coping. Public policy.

<sup>1</sup>Discente do curso de Direito da Faculdade de Ilhéus, Centro de Ensino Superior, Ilhéus, Bahia.

<sup>2</sup>Docente do curso de Direito da Faculdade de Ilhéus, Centro de Ensino Superior, Ilhéus, Bahia.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos testemunhado um crescimento alarmante de ataques violentos em instituições de ensino do Brasil. Escolas, que deveriam ser ambientes seguros e acolhedores para o desenvolvimento educacional e social dos estudantes, têm se tornado cenário de tragédias cruéis e traumatizantes. Esses episódios abalam não apenas a comunidade escolar diretamente afetada, mas também geram uma onda de temor e preocupação em toda a sociedade.

Este trabalho tem como objetivo investigar e compreender as políticas públicas defendidas como eficazes, entendendo a problemática dos massacres escolares de maneira excepcional, analisando como base os dados e levantamentos realizados pela Unicamp e pelo Instituto Sou da Paz. O foco será o período dos últimos 20 anos, através de artigos científicos publicados entre 2011 a 2020, que buscam discorrer sobre políticas públicas essenciais, adotadas e que ainda precisam ser aplicadas, buscando compreender a magnitude desse fenômeno e identificar suas características singulares.

Além disso, será discutida a importância de políticas públicas de prevenção e intervenção, com ênfase na participação de profissionais da área da saúde mental, como psicólogos e psiquiatras. A relevância deste estudo é inquestionável, uma vez que a frequência e a intensidade desses ataques têm aumentado de forma alarmante, com um intervalo cada vez mais curto entre um episódio e outro. Os números apresentados pelos levantamentos revelam um quadro preocupante, que exige uma reflexão aprofundada sobre as causas e os impactos dessas violências nas escolas brasileiras.

A análise dos dados disponíveis até o ano de 2022 levanta a necessidade de atualização e aprofundamento, tendo em vista que os recentes ataques ocorridos em 2023 indicam que a situação continua a evoluir. Além disso, é fundamental discutir as raízes desses problemas, compreender os aspectos socioeconômicos, culturais, psicológicos, entre outros, que contribuem para a manifestação dessas violências, e encontrar meios eficientes de prevenção e intervenção.

Ao final deste estudo, espera-se contribuir para a construção de um panorama mais abrangente sobre os massacres escolares no Brasil, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas efetivas e a implementação de medidas preventivas que visem à proteção da vida e à garantia de um ambiente seguro e propício para a formação dos jovens.

## 1. HISTÓRICO DOS MASSACRES NAS ESCOLAS

### 1.1 Violência nas escolas

A violência é vista com grande relevância no desempenho de atos de incivilidade presente na sociedade, infringindo um dos direitos da humanidade mais significativos, o direito à vida. E quando analisada a violência escolar entende-se por todos os atos violentos praticados no ambiente escolar, incluindo bullying, agressões físicas, verbais e psicológicas, além de casos mais graves, como tiroteios em escolas por todos os integrantes que o compõe. Em levantamento feito pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), matéria publicada na data de 30/03/23, nos últimos 20 anos ocorreram 23 ataques, e anterior a data do levantamento realizado, em 8 meses ocorreram 10 episódios de violência em escolas, com esse resultado pôde-se extrair que houve um aumento alarmante e significativo no que diz respeito a massacres escolares. É válido ressaltar que alguns atingem proporções de relevância midiática, outros sequer chega ao conhecimento da população. Dentre os ataques, há os tentados e os consumados, com vítimas, fatais e não fatais.

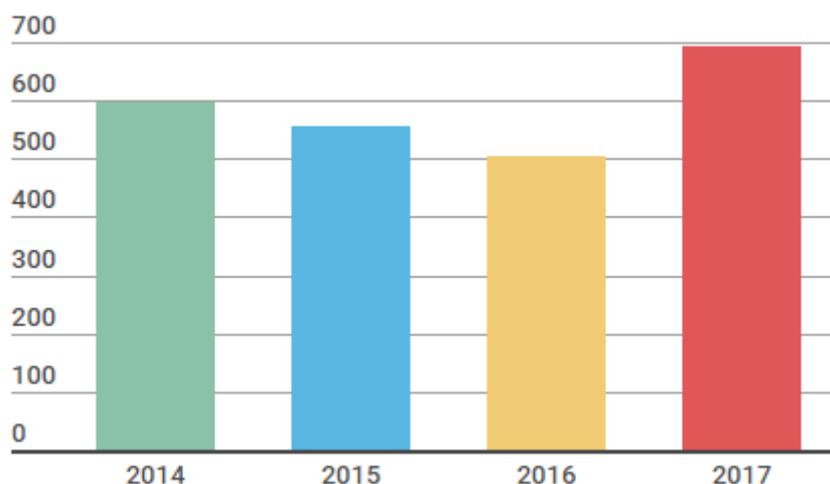
A violência na escola é analisada, em geral, por suas causas e manifestações, agrupadas em fatores internos (modelos de gestão, modelos de relacionamento e resolução de conflitos inter e intragrupal, além dos vínculos com a comunidade de origem) e externos à escolas (invasão por gangues e tráfico...) (Andrade, 2002, p.28).

3532

O autor menciona que as causas da violência na escola podem ser agrupadas em dois fatores principais: internos e externos. Os fatores internos incluem questões relacionadas aos modelos de gestão, modelos de relacionamento e resolução de conflitos dentro da escola, bem como os vínculos com a comunidade de origem dos alunos. Isso regula a influência da cultura escolar, da administração e do ambiente de aprendizagem no surgimento e na resolução de conflitos.

Em levantamento do Instituto Sou da Paz, matéria publicada em 07/04/2023, dados apontam que 93 pessoas foram vítimas dos ataques em escolas, nos últimos 20 anos. Sendo 12 casos com o emprego de armas de fogo, com 34 pessoas mortas e 59 feridas. E no mesmo período de 20 anos, com uso de armas brancas e de fogo totalizaram 23 ataques. O instituto Sou da Paz realizou 2 quadros discriminando os ataques do levantamento e a quantidade de ataques por mandato presidencial, atualizado na data 06/04/23.

**Figura 1 - Ocorrências de armas nas escolas de São Paulo**



**Fonte:** Secretaria Estadual da Educação SP, 2017.

Após o trágico evento conhecido como o massacre de Realengo, a discussão sobre o bullying se intensificou ainda mais, pois o atirador havia gravado vídeos afirmando ter sido vítima de bullying quando frequentava a escola, e isso foi apontado como motivo para planejar sua ação. Outro incidente que contribuiu para a intensificação do debate sobre a violência no ambiente escolar em Minas Gerais foi o assassinato de um professor dentro da Faculdade Isabela Hendrix, em Belo Horizonte, em dezembro de 2010, com um aluno da instituição de 23 anos como suspeito.

3533

Há anos, pesquisas indicam as taxas crescentes na incidência de casos de agressão escolar, posicionando o Brasil no pico das pesquisas realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), matéria publicada pelo G1 em 27/03/23 apontando 28% cenários de intimidação ou bullying entre alunos e semanalmente 10% das instituições brasileiras ocorreu fatos de intimidação ou abuso verbal contra educadores.

O Fórum Técnico de Segurança nas escolas teve como objetivo: implantar uma cultura de paz, levantando os problemas enfrentados por alunos e profissionais da educação devido à violência dentro e fora do ambiente escolar, além de discutir propostas de integração de órgãos e políticas públicas relacionadas à violência no ambiente escolar e buscar subsídios, em conjunto com entidades representativas da sociedade civil, setores público e privado, para a formulação de políticas públicas voltadas para a prevenção e combate à violência no ambiente escolar (Souza; Ledic; Machado, 2012).

O chamado "Episódio de Realengo", caracterizado como um massacre se destaca por abordar temas socialmente sensíveis, como infância, escola, delinquência, violência,

segurança e polícia. A entrada da polícia nas escolas estaduais, como solução aparentemente inquestionada, resgata o poder disciplinar descrito por Foucault (2011) em seus estudos. Esse poder disciplinar é discreto e onipresente, funcionando por meio de um jogo contínuo de olhares calculados que se sustenta pelos próprios mecanismos do poder relacional (Cunha; Bicalho, 2015).

O policiamento escolar é um exemplo do refinamento dos mecanismos disciplinar e de controle da sociedade brasileira, e seus efeitos não agem somente sobre a escola, mas também sobre a sociedade. Todavia, o policiamento escolar ainda pode soar com estranheza a muitos cidadãos. Mas, o fato é que ele acontece e tem-se uma escassez imensa de pesquisa sobre esse tema, que passa despercebido, inclusive, por pesquisadores das áreas de educação e de segurança pública” (Silva; Souza, 2020, p. 3).

O trecho aborda uma questão importante e muitas vezes subestimada: o papel do policiamento escolar no contexto da sociedade brasileira. Ele destaca que o policiamento nas escolas é um exemplo de como os mecanismos disciplinares e de controle evoluíram na sociedade. Isso significa que a presença policial nas escolas não é apenas uma questão que afeta o ambiente escolar, mas também tem impactos mais amplos na sociedade como um todo.

Durante 2000 e 2023, houve esforços para melhorar a segurança nas escolas, como a presença de policiamento escolar em algumas regiões e a implementação de políticas de controle de armas. No entanto, as raízes profundas da violência escolar, muitas vezes ligadas à desigualdade social e à falta de acesso a uma educação de qualidade, apoiaram o desafio às autoridades e educadores.

As características mais fluentes entre os conflitos são principalmente as diferenças sociais, socioeconômicas, culturais.

Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece a todo sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios” (Bourdieu, 1998 p.53).

O trecho aborda uma questão crucial relacionada à educação e à igualdade social. Ele argumenta que, se levarmos a sério as desigualdades que estão enraizadas na sociedade e que afetam a educação e a cultura, percebemos que a busca por equidade formal, que muitas vezes guia os sistemas escolares, é, na verdade, injusta. Em vez de promover uma verdadeira igualdade de oportunidades, essa equidade formal pode, de fato, proteger e perpetuar as desigualdades existentes.

É importante ressaltar que a pandemia de COVID-19, que começou em 2020, trouxe desafios adicionais para a educação no Brasil e em todo o mundo. Aulas remotas e o fechamento intermitente de escolas podem ter afetado a dinâmica da violência escolar, mas também destacaram as desigualdades existentes no acesso à educação e às oportunidades.

Resumindo, a singularidade de um povo que não é só miscigenado em etnias, mas também em cultura, valores morais, que além destes detalhes, há uma influência histórica da formação do povo brasileiro, que originou a separação de classes sociais, as quais, todos são amparados pelos reflexos do passado, e uma boa parte da população vive em uma realidade social de conflitos, tanto dentro de sua própria casa, com sua família, como fora de suas casas, entre outros indivíduos, sendo assim, para estes a concepção do que é violência é algo totalmente normal, pois crescem em meio a ambientes onde é empregada a violência desde pequenos, normalizando o que não é normal, ao menos não deveria ser.

Observou-se maior proporção de comportamento violento entre estudantes cujos pais possuem relacionamentos insatisfatórios, sugerindo que o ambiente de convívio entre os membros familiares pode ser fator de risco, dependendo da disfunção da dinâmica familiar. Tem-se evidenciado a importância das relações familiares no desenvolvimento psicológico do estudante e a influência no funcionamento emocional e nas relações interpessoais dentro e fora da família (Castro et al, 2011, p.1055).

O trecho ressalta a influência significativa das relações familiares no comportamento dos estudantes, particularmente em relação à ocorrência de comportamentos violentos. É interessante notar que uma pesquisa destacou uma proporção maior de comportamento violento entre estudantes cujos pais têm relacionamentos insatisfatórios. Isso sugere que o ambiente familiar e as dinâmicas entre os membros da família desempenham um papel crucial na vida dos estudantes, influenciando seu comportamento dentro e fora da escola.

A observação de que as relações familiares desempenham um papel importante no desenvolvimento psicológico do estudante e afetam suas habilidades emocionais e relacionamentos interpessoais é consistente com a pesquisa em psicologia e educação. Essas relações desempenham um papel fundamental na formação da personalidade, na construção da autoestima e na capacidade de lidar com conflitos e emoções.

Além disso, o trecho destaca a interconexão entre a vida familiar e a vida fora da família, enfatizando que as dinâmicas familiares podem ter um impacto duradouro nas relações interpessoais, em geral. Isso enfatiza a importância de abordar questões familiares como parte integrante da promoção do bem-estar e da redução da violência entre os jovens.

Portanto, o trecho enfatiza a necessidade de uma abordagem holística para abordar a violência entre estudantes, reconhecendo o papel central das relações familiares e destacando a importância de apoiar famílias na promoção de ambientes familiares saudáveis e funcionais para o benefício de seus filhos e da sociedade como um todo.

A violência escolar engloba uma ampla gama de comportamentos prejudiciais que ocorrem nas instituições de ensino, incluindo agressões físicas, bullying, assédio, discriminação e cyberbullying. Esses atos que eram normalizados como, posicionamentos, falas, brincadeiras de cunho preconceituosos mascarados como humor, eram aceitáveis em uma época não muito distante, e que há mais ou menos 8 anos atrás começou-se a perceber que não poderiam ser mais tolerados e passaram a ser mais debatidos sobre a não aceitação. Eram esmiuçados então novos valores morais. A sociedade que era massacrada com estas questões se cansaram de servir de chacotas e que isso acabava sendo alienação para muitos, até mesmo que não deveriam aceitar tais atos, pois como já dito, viveram e crescendo em um ambiente que normalizava a violência, o humor que hoje é conhecido como humor ácido.

Em meio a estas normalidades, ainda se pode ver reproduções de tais atos, e claro que alcançam facilmente os ambientes escolares ao ponto de não se respeitar outrem e até mesmo se tornando invasivos, intolerantes, preconceituosos, radicais e também agressores físicos. O ambiente escolar precisa estar mais preparado para combater quaisquer práticas e de maneira a ensinar a importância do respeito aos outros. Os conflitos na escola muitas vezes têm razões complexas, envolvendo fatores individuais, familiares, sociais e culturais. Desta forma, a partir das próprias crianças e adolescentes poderá ser incorporado em seus lares e nos ambientes os quais frequentam, levando conscientização aos que não fazem parte do contexto escolar.

## **1.2 Origem dos massacres e fatores que desencadeiam a violência nas escolas**

A violência no ambiente escolar não é um fenômeno novo, e explosões violentas, conflitos entre alunos, ataques e insultos direcionados a professores não são raros. No entanto, surgiram formas mais graves de violência na escola, como homicídios, estupros e agressões com armas, que dão a impressão de que não há mais limites para o que pode acontecer no ambiente escolar. Para isso foi estabelecido três conceitos: a violência na escola, que abrange as violências ocorridas dentro do espaço escolar; a violência à escola, que engloba provocações e atos de vandalismo direcionados aos professores e ao ambiente físico

da escola; e a violência da escola, que diz respeito às práticas da instituição escolar, sua postura e ações que prejudicam o funcionamento educacional (Vilalba, 2020).

Com a transição gradual para um regime democrático de direito no Brasil na década de 1980, as crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como titulares de direitos. Isso foi estabelecido na Constituição Federal de 1988, que inaugurou o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8.069, de 1990.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) não apenas revogou o antigo regime jurídico "pré-democrático", mas também consolidou o quadro normativo-constitucional da proteção integral da criança e do adolescente. Além disso, estabeleceu instâncias colegiadas de participação e controle social em todas as esferas governamentais e criou, no âmbito municipal, os conselhos tutelares compostos por membros selecionados pela comunidade local, com a responsabilidade de zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Além das normas mencionadas existe a Lei Menino Bernardo, Lei nº 13.010 / 2014, que determina a obrigatoriedade de ações de prevenção e combate a todas as formas de violência nas escolas, incluindo o bullying e o cyberbullying.

É relevante ressaltar que, sob essa perspectiva de proteção integral, quando um estudante menor de 18 anos comete um ato infracional, a legislação prevê a aplicação de uma medida socioeducativa. Essa medida consiste em uma ação executada pelo Estado com o objetivo de prevenir a reincidência, tendo um caráter pedagógico e educativo. A decisão sobre a aplicação da medida socioeducativa, de competência do Poder Judiciário, deve levar em consideração à capacidade do adolescente em cumpri-la, as circunstâncias em que o ato infracional foi cometido e a gravidade da infração, levando em conta a história e a trajetória de cada adolescente.

O Estatuto descreve as medidas que podem ser aplicadas pelas autoridades competentes ao verificar a prática de um ato infracional, conforme estabelecido no art. 112: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviço à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional (Souza; Ledic; Machado, 2012).

São violências vinculadas ao estado da sociedade, às formas de dominação, à desigualdade, apresentando os problemas sociais presente nas ações dentro da escola. Assim, o autor caracteriza que alunos/as autores/as e alunos/as vítimas de violência se assemelham com bastante frequência: são jovens fragilizados/as; com

dificuldades familiares, sociais e escolares; matriculados/as em estabelecimentos desvalorizados; vítimas de violências sociais; e são alunos/as que não entram na lógica da instituição escolar. Desse modo, coloca que a questão da violência na escola não deve ser enunciada somente em relação aos/as alunos/as, mas também devem ser consideradas as práticas da instituição na regulação da violência, sem aniquilar os/as alunos/as sob o peso da violência institucional e simbólica, pois, as tensões levam a violência” (Vilalba, 2020, p. 27).

Vilalba ressalta que tanto os alunos autores quanto os alunos vítimas de violência frequentemente apresentam características semelhantes, como vulnerabilidade, dificuldades familiares, sociais e escolares, bem como o fato de estarem matriculados em escolas com baixo prestígio e serem afetados por violências sociais.

A cultura desempenha um papel fundamental na avaliação dos comportamentos humanos, pois é por meio dela que os símbolos, representações e valores são estabelecidos. A validade das normas sejam elas sociais, econômicas, religiosas ou jurídicas, não dependem necessariamente de sua justiça ou legitimidade, mas sim de seu significado cultural na sociedade em questão. Destaca-se que essa validade é determinada pelo padrão de juízo de valor e pelas expectativas predominantes entre a população, considerando também as relações de poder exercidas.

Assim, uma conduta considerada normal é aquela que está de acordo com as normas e convenções esperadas pelo grupo social em que o indivíduo está inserido. Por outro lado, uma conduta desviante é aquela que não atende às expectativas da sociedade e das pessoas, indo contra os padrões culturais predominantes em um determinado contexto histórico-político (Cunha; Bicalho, 2015).

### 1.3 Casos de massacres escolares no Brasil e no mundo

As causas mais frequentemente mencionadas da violência escolar são: a disponibilidade de armas de fogo para os perpetradores, a influência da violência na mídia, relacionada a aspectos culturais ocidentais que exaltam a violência, problemas familiares e o bullying sofrido pelos atiradores na escola, entre outros. Compreender esse fenômeno requer considerá-lo em uma combinação ampla de aspectos, incluindo a história individual dos homicidas (Machado Júnior, 2011).

Diante disto um acontecimento nos leva a pensar além do que já nos foi dado, e ir além da superficialidade para pensar o "fora". Esse "fora" implica pensar o que ainda não tem lugar dentro de nossos esquemas funcionais, romper com clichês e desterritorializar

territórios existentes, permitindo questionamentos e desenvolvendo um campo criativo de pensamento.

Tem-se evidenciado a importância das relações familiares no desenvolvimento psicológico do estudante e a influência no funcionamento emocional e nas relações interpessoais dentro e fora da família” (Castro, 2011, p.1.059).

O trecho destaca a importância das relações familiares no desenvolvimento psicológico dos estudantes e em sua capacidade de funcionar emocionalmente e em suas relações interpessoais. As relações familiares, a qualidade do apoio emocional e a natureza das interações entre pais ou cuidadores e filhos têm um impacto profundo na autoestima, na segurança emocional e na habilidade de lidar com emoções e conflitos. A maneira como uma criança ou adolescente interage com membros da família influencia seu comportamento em situações sociais e afeta sua capacidade de construir relacionamentos saudáveis com colegas, professores e outros indivíduos fora do contexto familiar.

No caso específico da Escola Estadual Professor Raul Brasil em Suzano, São Paulo, ocorreu um episódio de violência brutal em 13 de março de 2019, conhecido como "Massacre de Suzano". Dois ex-alunos da escola foram responsáveis por sete mortes, incluindo uma coordenadora pedagógica, uma inspetora e cinco estudantes, além de onze feridos. Entre os motivos que impulsionaram esses jovens a cometer o crime estavam o bullying, o isolamento social e o desejo de superar a violência semelhante ocorrida na instituição Columbine High School em 20 de abril de 1999, na cidade de Columbine, Colorado, Estados Unidos. Eles buscavam ser lembrados por seus atos, autodeclarando-se heróis (Vilalba, 2020).

3539

Os acontecimentos violentos, como o ocorrido em Suzano e outros episódios semelhantes, como os citados acima, continuamente nos convocam a pensar sobre eles e a ir além, a compreender as forças que movem os envolvidos nessas situações e a refletir sobre o papel da mídia, que descreve esses acontecimentos e pode instigá-los a se manifestarem em nós e nos perpetradores da violência (Vilalba, 2020).

A escola também pode instituir a violência em seu cotidiano, ao manter uma competição seletiva e elitista, estabelecendo uma representação "natural" da autoridade que deveria estar fundamentada na justiça e na democracia. Alunos frustrados com o sentimento de fracasso imposto pela instituição tendem a responder com rebeldia, incivilidade e desobediência, motivados pela sensação de injustiça e mágoa por se sentirem expostos ao desprezo, seja privada ou publicamente. A revolta dos "vencidos" é resultado do sistema escolar que valoriza a excelência e despreza os mais necessitados de apoio e incentivo.

Quando os alunos não conseguem compreender o propósito de sua presença na escola, tendem a adotar uma atitude de conformidade social passiva ou comportamentos antissociais que desestabilizam o convívio e as normas (Chizzotti; Ponce, 2016). Os indivíduos ou grupos que podem se sentir excluídos da sociedade recorrendo à violência como uma forma de expressar sua raiva, desespero ou buscar reconhecimento.

Fatores que prejudicam a violência apontada frequentemente é a desigualdade econômica e social, quando as pessoas enfrentam oportunidades desiguais, acesso limitado a recursos básicos e educação precária, isso pode criar um ambiente propício à violência, à medida que a frustração e o desespero aumentam, juntamente com a falta de oportunidades de emprego digna, educação de qualidade e crescimento pessoal pode levar as pessoas a se envolverem em atividades criminosas, incluindo a violência.

#### 1.4 Formas preventivas de resolução de conflitos no ambiente escolar

Embora seja irreal esperar que o ambiente escolar seja completamente livre de conflitos humanos e sociais, a escola pode ser o espaço onde esses conflitos, que muitas vezes se manifestam de forma sutil, silenciosa, estúpida ou cruel, devem ser combatidos.

A escola não deve ser uma redoma imunizada que protege todos os alunos, mas sim um lugar onde as múltiplas formas de violência presentes no contexto social podem ser abordadas e enfrentadas. A mediação entre estudantes envolvidos em conflitos e professores demonstra ser uma ferramenta poderosa na prevenção da violência, desempenhando um papel essencial nesse processo. Especial atenção deve ser dada aos micros gestos indesejáveis, principalmente verbais, que desgastam o convívio saudável na escola e devem ser confrontados (Chizzotti; Ponce, 2016).

Jovens que massacram seus pares nas escolas podem estar a buscar impor seu espaço nesse mundo inacessível, punindo aqueles e aquelas que os condenaram ao ostracismo” (Machado Júnior, 2011, p. 11).

A violência na escola é um fenômeno que desperta preocupações devido às suas características próprias, representando um prejuízo claro ao processo pedagógico, às relações escolares e à formação do ser humano para a cidadania. Portanto, compreender as estratégias utilizadas pelos sistemas de ensino para atenuar esses eventos é justificável e requer investigação (Santana, 2017).

Quando se aborda a questão como parte de uma política educacional, é importante considerá-la como parte de um modelo construído pela sociedade como seu projeto, que se

concretiza por meio da ação do Estado. Nesse contexto, as políticas públicas desempenham o papel de dar visibilidade e materialidade ao Estado em ação. Para que uma demanda social, como a violência nas escolas, seja incluída na agenda política, é necessário partir de um projeto social que represente algo significativo para o grupo, sendo construído pelas forças sociais que têm poder de voz e decisão, influenciando a formulação e implementação das políticas e programas de ação (Santana, 2017).

Diante todo o exposto, resta comprovado que tais métodos, ora utilizados e sugeridos, possuem uma melhor eficácia, podendo e devendo ser aplicadas, pelo Estado, sob uma perspectiva mais preventiva, encontrando, inclusive respaldo por diversos autores.

## **2. INSTRUMENTOS NORMATIVOS DE ENFRENTAMENTO E COMBATE A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

Muito tem sido debatido sobre a avaliação de programas, projetos e políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas às áreas sociais, como educação, saúde, saneamento e segurança. É fundamental compreender a relação entre o Estado e as políticas públicas para entender como o Estado concretiza as políticas formuladas por ele. Nesse sentido, é necessário analisar as principais características do modelo estatal vigente, uma vez que é nesse contexto que as políticas públicas se manifestam de acordo com os diferentes papéis que o Estado desempenha ao longo do tempo (Santana, 2017).

3541

Ao abordar a violência nas escolas e a busca por uma cultura de paz, destaca-se a relevância das pesquisas realizadas pela Unesco, que tem exercido forte influência na formulação de políticas públicas no Brasil. A pesquisa *Violências nas Escolas* se tornou uma referência no debate sobre o combate à violência escolar e suas conclusões indicaram a necessidade de implementar várias ações. Entre elas, destacam-se: proteger o entorno das escolas, utilizando todas as medidas de segurança para garantir um ambiente seguro para os jovens dentro e fora da área escolar, promovendo a interação entre escola, família e comunidade; aumentar o acesso dos jovens a atividades esportivas, culturais e sociais, considerando o desejo de integração social e a falta de políticas públicas que viabilizem essa integração; estabelecer mecanismos de negociação dos regulamentos e normas internas da escola e sensibilizar os professores sobre as diferentes formas de expressão da violência; adotar medidas afirmativas para valorização e organização dos jovens; e articular os setores governamentais e da sociedade civil ligados à educação, segurança, cultura e outros, buscando soluções integradas. Um dos resultados consistentes da atuação da Unesco na

pesquisa sobre violência nas escolas e suas causas foi a criação do Programa Abrindo Espaços, implementado em vários estados brasileiros a partir dos anos 2000 (Souza; Ledic; Machado, 2012).

O Observatório Internacional sobre a Violência e a Escola estuda a questão, em escala mundial. Seu periódico *International Journal on Violence and School* avalia a violência juvenil em todas as suas formas em diversos países, em um contexto mais amplo que a escola para mostrar as particularidades e a atualidade do tema nos sistemas de ensino em todo o mundo" (Chizzotti; Ponce, 2016, p. 6).

A busca por políticas públicas essenciais no contexto da prevenção a violência escolar têm sido um embate a serem levados em consideração às causas dentro e fora do ambiente escolar, com o objetivo de incentivar a inserção de crianças e adolescentes em um plano motivacional de esportes e lazer, garantindo a estes lugares propícios para o desenvolvimento mais saudável, pois além de particularidades que envolvem a cada um destes, há também a forma subjetiva a qual absorvem os eventos que permeiam suas vidas.

As políticas públicas relacionadas à violência escolar devem ser monitoradas e avaliadas continuamente para determinar sua eficácia. E, com base nos resultados, as políticas podem ser ajustadas e melhoradas para melhor atender às necessidades das escolas e comunidades.

A compreensão e o manejo do conflito são necessidades importantes na vida cotidiana, especialmente considerando a diversidade de situações conflituosas. O conflito tem uma longa história de ocorrência em diferentes configurações de convivência coletiva, desde os primórdios da vida em comunidade. Rousseau (1978), afirmava que os homens não nascem naturalmente maus, a sociedade é que o transforma. É importante ressaltar que os conflitos entre seres humanos sempre existiram e continuarão existindo, porém nem todos são violentos. As políticas públicas destinadas a lidar com a violência escolar devem ser abrangentes e multidisciplinares, e elas devem envolver várias partes interessadas, incluindo escolas, famílias, comunidades e o governo.

A família pode contribuir para aumentar ou minimizar os efeitos da violência com os filhos. Pois se os pais forem participativos e preocupados podem diminuir a violência, mas se forem do tipo que não ligam para ajudar seus filhos tudo pode está perdido, a violência voltará a prevalecer na rua e na escola (Candau, 1999, p. 35).

A observação de que pais participativos e preocupados podem contribuir para a diminuição da violência é extremamente válida. Quando os pais estão envolvidos na vida de seus filhos, oferecem apoio emocional, orientação e ensinam habilidades de resolução de conflitos, estão ajudando a criar um ambiente familiar saudável que possa proteger seus

filhos da exposição à violência e ao comportamento violento. Por outro lado, o trecho também destaca um cenário preocupante: quando os pais são negligentes ou não estão envolvidos na vida de seus filhos, a probabilidade de que esses filhos se envolvam em comportamentos violentos pode aumentar. Isso ocorre porque a ausência de supervisão, orientação e apoio parental pode deixar os jovens mais vulneráveis às influências negativas da rua, da escola e do ambiente social.

Cabe à sociedade gerenciar os conflitos, desenvolver estratégias de mediação e soluções, além de minimizar os danos e a efetividade de suas manifestações (Santana, 2017). Medidas preventivas que são cruciais devem ser mantidas, por exemplo, respeito, empatia e tolerância desde a infância, bem como a conscientização sobre os impactos da violência, buscando criar um ambiente escolar seguro e propício ao aprendizado e ao desenvolvimento saudável dos alunos. O envolvimento ativo das famílias e da comunidade é essencial, criando um vínculo, onde os pais devem estar cientes dos problemas de violência e serem parceiros com o ambiente escolar.

No âmbito do Congresso Nacional, há vários projetos de lei em tramitação que tratam do combate à violência nas escolas, em geral, e ao bullying, especificamente. O Projeto de Lei 1.573/II propõe a criminalização do bullying como um ato tipificado no Código Penal, ao mesmo tempo que sugere a inclusão de um artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para que a autoridade competente possa impor a medida de prestação de serviços à comunidade aos adolescentes envolvidos em condutas de bullying. Por outro lado, o Projeto de Lei 1.225/II tem como objetivo estabelecer um serviço de disque-denúncia para agressões contra professores que tenham sofrido ou testemunhado qualquer tipo de agressão, violência ou ameaça física ou verbal em escolas públicas e privadas (Santana, 2017).

No século passado, a exclusão dos indivíduos sem acesso à educação era aceitável, mas atualmente é inadmissível. As práticas de punição física e verbal, como o uso da palmatória e humilhações, eram comuns no passado, porém são intoleráveis hoje. Antigamente, a violência escolar podia permanecer escondida dentro das escolas, mas atualmente, com a publicização e a disseminação pelos meios de comunicação, os incidentes violentos têm maior visibilidade, podendo até ser registrados em filmes, como ocorreu no caso do filme "Tiros em Columbine" (1). O caráter violento de um ato é socialmente construído e depende do contexto sócio-histórico de cada época (Chizzotti; Ponce, 2016).

No contexto do policiamento escolar, a produção do território do policiamento escolar envolve disputas entre os atores envolvidos nessa produção. Alguns membros do

corpo docente resistem à presença policial nas escolas, preferindo um policiamento não militarizado e criticando a atuação da Polícia Militar (Silva; Souza, 2020).

A escola não é uma instituição isolada, mas sim influenciada pelos movimentos da sociedade em que está inserida. Ao longo do tempo, tem sido evidente, tanto nas manchetes de jornais quanto nas conversas em diversos ambientes, que atos violentos ocorrem tanto dentro das escolas quanto em seus arredores. A frequência desses eventos violentos no ambiente escolar causa danos irreparáveis na formação do indivíduo como ser social. Pois a escola é um ponto de condensação e explosão da crise econômica, social e política, e fenômenos de violência têm sido identificados em cerca de quarenta países (Santana, 2017).

Espera-se que a iniciativa de construção de programa específico para a capacitação de profissionais de educação para o enfrentamento dos problemas relacionados à violência nas escolas deflagre e também organize ações pontuais e dispersas de forma mais perene e abrangente” (Souza; Ledic; Machado, 2012, p. 20).

O trecho enfatiza a importância da criação de um programa específico para capacitar profissionais de educação no enfrentamento de problemas relacionados à violência nas escolas. Essa iniciativa é crucial e benéfica, pois, um programa de capacitação pode contribuir para uma compreensão mais profunda dos diferentes aspectos da violência nas escolas, incluindo suas causas, manifestações e estratégias de prevenção. Isso capacita os profissionais a identificar sinais precoces de problemas e a adotar medidas preventivas eficazes, criando um ambiente mais seguro e propício ao aprendizado.

3544

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo onde a segurança nas escolas se tornou uma preocupação cada vez mais urgente, e após uma extensa pesquisa documental e análise de casos de massacres escolares no Brasil, foi possível concluir que o problema de adaptação das políticas públicas de prevenção de massacres às diferentes realidades do país foi abordado de maneira substancial. Ficou claro que uma abordagem integrada, levando em consideração fatores sociais, culturais, de saúde mental, segurança pública e educacional, é essencial para abordar eficazmente essa questão complexa. Portanto, nossa hipótese de que a criação de políticas públicas integradas é adequada para prevenir massacres escolares foi concluída.

Primeiramente, fica claro que os massacres em escolas representam uma ameaça persistente e devastadora à sociedade. Os trágicos eventos que ocorreram em diversas partes do mundo são um lembrete sombrio de que a segurança escolar deve ser uma prioridade

absoluta. Nesse contexto, políticas públicas eficazes desempenham um papel essencial na minimização desses riscos.

Nossa análise demonstrou que embora existam políticas públicas em vigor em muitas jurisdições, sua eficácia varia consideravelmente. É imperativo que os formuladores de políticas e legisladores continuem a avaliar e ajustar essas políticas com base em evidências sólidas e dados atualizados. Além disso, uma abordagem interdisciplinar que envolva educação, saúde mental, segurança pública e outros setores é crucial para abordar essa complexa questão.

O método de pesquisa utilizado demonstra ser eficiente para atingir os objetivos deste estudo. A pesquisa documental permitiu a coleta de dados relevantes e a análise crítica de informações disponíveis na mídia, em relatórios oficiais e em documentos acadêmicos. Além disso, uma revisão bibliográfica e uma análise de casos forneceram uma compreensão abrangente do tema.

A participação da comunidade, incluindo pais, professores, estudantes e membros da sociedade civil, é fundamental para o desenvolvimento e a implementação bem-sucedida de políticas públicas eficazes. O envolvimento ativo de todas as partes interessadas promove um ambiente de colaboração e responsabilidade compartilhada.

3545

Em última análise, os objetivos foram cumpridos e nos permitiu compreender que a prevenção de massacres nas escolas não é apenas um dever moral, mas também um imperativo legal e social. A avaliação contínua das políticas públicas, o investimento na promoção da saúde mental e a garantia de que todas as escolas sejam lugares seguros e inclusivos devem ser prioridades constantes para as sociedades modernas.

Por fim, os resultados esperados foram cumpridos. Este estudo oferece uma análise abrangente dos massacres escolares no Brasil, identifica fatores de risco e analisa as políticas públicas existentes. Além disso, propõe a criação de políticas públicas integradas que considerem fatores sociais, culturais, de saúde mental, segurança pública e educacional como estratégia eficaz de prevenção. À medida que continuamos a avançar na compreensão dessas questões, esperamos que este estudo contribua para um diálogo informado e aprimoramento das políticas públicas nessa área crítica. A segurança nas escolas é um investimento no futuro e uma demonstração do nosso compromisso com a criação de um ambiente educacional que promova o bem-estar e o sucesso de todos os estudantes.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. et al. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST / AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ANDRADE, Fernando César Bezerra de. **Violência nas Escolas: a Paraíba em Foco**. Paraná: UEPG, 2002.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: **as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: Nogueira, M. A.; Catani, A. (Orgs.). Pierre Bourdieu: escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998a. p. 39-64.

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1762097543/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>>. Acesso em: 11 set. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13010/2014. Menino Bernardo. Brasília, DF. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm)>. Acesso em: 10 set. 2023.

CANDAU; Vera Maria (Org.). **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CASTRO, Marta de Lima; CUNHA, Sergio Souza da; SOUZA, Delma P Oliveira de. **Comportamento de violência e fatores associados entre estudantes de Barra do Garças - MT**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 1054- 1061, Dec. 2011. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rsp/a/T5ypr9ZfXDLQLcQYGkYNJCs/?lang=pt>>. Acesso em 09 set. 2023.

CHARLOT, B. (2002). **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. *Sociologias*, 4(8), 432-443.

CHIZZOTTI, Antonio; PONCE, Branca Jurema. A Violência, a escola e as políticas de enfrentamento. **Revista Cocar**, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, v.10, n.19, p. 24, jun. 2016.

CUNHA, Thiago Colmenero; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. A Violência nas Escolas e a produção do medo como discurso de ordem In: **Educação em Direitos Humanos: relatos de experiências no campo do ensino, pesquisa e extensão universitária**. Rio de Janeiro: Montenegro, 2015, v.1, p. 135-150.

GASPAR, Fernando. **Escola da família completa dois anos com recorde de participações e redução da violência**. Educação SP. 12 ago. 2005. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/escola-da-familia-completa-dois-anos-com-recorde-de-participacoes-e-reducao-da-violencia-2/>>. Acesso em: 15 set. 2023.

GI. Brasil tem histórico de alto índice de violência escolar: veja dados sobre agressão contra professores. **Gi**. 27 mar. 2023. Disponível em: <https://gi.globo.com/educacao/noticia/2023/03/27/brasil-tem-historico-de-alto-indice-de->

violencia-escolar-veja-dados-sobre-agressao-contra-professores.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2023.

LOPES, José Norberto Callegari. **Especialista diz que bullying tem relação com falta delimitada na família.** Jornal A Cidade. 09 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.jornalacidade.com.br/editorias/cidades/2011/04/09/especialista-diz-quebullyng-tem-relacao-com-falta-de-limites-na-familia.html>>. Acesso em: 20 set. 2023.

MACHADO JÚNIOR, Luiz Bosco Sardinha. Sobre os Fuzilamentos Escolares. Reescrita parcial de capítulo da dissertação de Mestrado “Representações sociais da violência e da indisciplina escolar na imprensa brasileira”. São Paulo, 2011. p. 37-43. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, jul. 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Tradução de Lourdes Santos Machado. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores)

SANTANA, Vanessa de Oliveira. Política pública e violência nas escolas: um estudo na rede de ensino estadual em Salvador. **Dissertação (Mestrado)** – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 120, jun. 2017.

SILVA, Leildo Dias; SOUZA, Aldo Luiz Fernandes. Produção de um território disciplinar: o policiamento escolar da CIPOE. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 54, p. 845-885, 2020.

SOUZA, Adriana Cláudia Teixeira de; LEDIC, Ana Luz; MACHADO, Gustavo Gomes. Segurança nas escolas e as contribuições do Fórum Técnico da ALMG. **Revista do Legislativo**, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 44, p. 76-101, jan. 2011/jul. 2012.

VILALBA, Thésie Nantes de Brites. Violência simbólica, educação e psicologia sócio-histórica em movimento aos massacres escolares. 2020. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)** – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.